

## **Acesso e permanência no ensino médio: desafios da juventude camponesa**

Keylla Rejane Almeida Melo<sup>1</sup>, Leticia Alves Pereira<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa realizada com o objetivo de analisar as dificuldades de acesso e permanência de jovens do campo no ensino médio do município de Milton Brandão, Piauí, a partir da perspectiva dos estudantes. Partiu-se do seguinte problema: quais os desafios apontados por jovens residentes no campo do município para seu acesso e permanência na escola durante o Ensino Médio? Selecionou-se, como campo empírico da investigação, uma escola do município e, como sujeitos, três ex-funcionários da escola, 26 estudantes do 9º ano e 25 jovens que cursam o ensino médio, residentes em comunidades vizinhas à escola. A pesquisa, fundamentada em pressupostos da Educação do Campo, configura-se como descritiva, de natureza qualitativa, e teve como procedimentos de produção de dados entrevista estruturada, questionário e Círculo de Cultura. Os resultados do estudo evidenciaram a fragilidade na instituição de políticas públicas e no cumprimento das leis educacionais pelos gestores públicos, provocando problemas como evasão, êxodo rural e falta de perspectivas dos jovens em relação ao futuro. Conclui-se que é importante insistir na formação crítica e política dessa juventude, para tomada de consciência sobre a realidade que os oprime, de modo a buscar formas de enfrentamento.

### **Palavras-chave**

Educação do Campo. Direito à educação. Políticas públicas. Transporte escolar.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora titular do Centro de Ciências em Educação da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Teresina, Brasil. E-mail: keyllamelo@ufpi.edu.br.

<sup>2</sup> Graduada em Educação do Campo pela Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: leticialvescarvalho9@gmail.com.

## **Access and permanence in high school: challenges of peasant youth**

Keylla Rejane Almeida Melo<sup>3</sup>, Letícia Alves Pereira<sup>4</sup>

### **Abstract**

This paper presents the results of a research carried out with the objective of analyzing the difficulties of access and permanence of youngsters of the field in the high school of the city of Milton Brandão, State of Piauí, from the students perspective. It started from the following problem: what are the challenges pointed out by young people living in the municipality's countryside for their access and permanence in school during high school? The research, based on Countryside Education assumptions, is described as descriptive, qualitative, and had as data production procedures, structured interview, questionnaire and Culture Circle. The results of the study evidenced the fragility of the Laws, which, for the most part, are not complied with by public managers, which harms many young people in the countryside, as their conditions of access and permanence in high school are precarious, which culminates in several problems such as evasion, rural exodus and lack of prospects for the future. It is concluded that it is important to insist on the critical and political formation of this youth, in order to become aware of the reality that oppresses them, and can organize themselves in order to look for ways to face these situations.

### **Keywords**

Countryside education. Right to education. Public policies. School bus.

---

<sup>3</sup> PhD in Education from the Federal University of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil; professor at the Education Science Center at the Federal University of Piauí, *Campus* Teresina, Brazil. E-mail: keyllamelo@ufpi.edu.br.

<sup>4</sup> Graduated in Countryside Education from the Federal University of Piauí, Brazil. E-mail: leticialvescarvalho9@gmail.com.

## **Introdução**

É importante refletir sobre os motivos da precariedade das escolas do campo e seus efeitos que, em pleno século XXI, condicionam muitos jovens à interrupção dos estudos, já que as políticas de fechamento de escolas, e consequente nucleação escolar, têm sido privilegiadas pelos gestores públicos em detrimento de uma política que ofereça escolarização no lugar de vivência dos sujeitos.

No município de Milton Brandão, Piauí, mais especificamente, em localidades no entorno da Escola Municipal Caldeirão dos Brandão, situada na comunidade Pauldarcas, as dificuldades de acesso e permanência na escola são bastante presentes na vida dos jovens. A referida instituição oferecia, além do Ensino Fundamental completo, o Ensino Médio. Porém, no ano de 2012, a última etapa da educação básica foi remanejada do campo para a sede do município, que dista cerca de 35 km da comunidade, fato que levou em torno de 50 estudantes matriculados a serem atendidos em outras escolas localizadas ou na sede do município de Milton Brandão ou de outros municípios vizinhos.

Mesmo os estudantes de Ensino Fundamental que permanecem frequentando a referida escola são deslocados em transportes em péssimas condições para serem atendidos em uma estrutura física precária, por um corpo docente constituído, principalmente, de professores sem formação na área em que atuam, ministrando aulas de várias disciplinas.

Devido a essas condições de exclusão e de negação, muitos jovens desistem de estudar e se mudam para grandes cidades em busca de emprego, quando não constituem famílias muito novas; alguns fixam residência em outras cidades para continuação dos estudos; outros, ainda, saem diariamente de suas residências para a sede do município em transportes precários e por longas distâncias para cursarem o Ensino Médio.

Diante de tal problemática, elaboramos um projeto de pesquisa, executado no primeiro semestre de 2019, no qual definimos como problema da pesquisa: quais os desafios apontados por jovens residentes no campo do município de Milton Brandão/PI para seu acesso e permanência na escola durante o Ensino Médio? Para tanto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as dificuldades de acesso e permanência de jovens do campo no Ensino Médio no município, a partir da perspectiva dos estudantes. E, de forma mais específica: compreender os motivos apresentados para que o Ensino Médio da Escola Municipal Caldeirão dos Brandão fosse remanejado para a sede; descrever as principais dificuldades dos estudantes que precisam deslocar-se para a sede do município ou para outras cidades para acessar o Ensino Médio; identificar como os estudantes do 9º ano da dessa escola se

comportam diante da iminência de deslocamento para continuação dos estudos no Ensino Médio.

O estudo aborda os diversos desafios presentes em escolas localizadas no meio rural, marcadas pela precariedade, pelo isolamento e esquecimento por parte do poder público. Norteados pelo desejo de visibilizar e resolver tais desafios, os movimentos sociais camponeses inauguraram uma forma de fazer o enfrentamento, a partir da constituição de um paradigma educativo que se convencionou chamar de Educação do Campo.

Falar de uma educação do e no campo reflete no sujeito que se deseja formar e suas contribuições para a sociedade (CALDART, 2012), pois uma educação com bases territoriais fincadas no contexto campesino, protagonizada pelos próprios camponeses, remete tanto ao acesso universal aos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade quanto à formação de consciência política para a transformação da sociedade. Contudo, infelizmente, este estudo revela que a luta pela consolidação desse tipo de educação ainda é árdua, pois a educação oferecida aos povos do campo perpetua-se como serviço, política compensatória, e não como direito social.

## **Metodologia**

Optamos por realizar uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, tendo como procedimentos de produção de dados a entrevista estruturada, o questionário e o Círculo de Cultura. A investigação teve como campo empírico a Escola Municipal Caldeirão dos Brandão, localizada na comunidade Pauldarcas, que fica a 35 km da sede do município de Milton Brandão. A escola tem, em seu quadro de profissionais, onze professores, sendo que três residem na zona urbana; três auxiliares de serviços gerais, uma diretora e uma secretária, e oferece apenas o Ensino Fundamental, funcionando, pela manhã, os anos iniciais e, no turno da tarde, os anos finais.

No ano de 2019, em que se realizou a pesquisa, a instituição atendia a estudantes de 13 comunidades. A mais distante está a, aproximadamente, 25 km da escola. Esses estudantes são deslocados em um ônibus escolar e em caminhonetes abertas, tipo D20. Segundo a diretora, o Projeto Político Pedagógico (PPP) estava passando por reformulação na época de realização do estudo.

Visando compreender os motivos apresentados para que o Ensino Médio da escola pesquisada fosse remanejado para a sede de Milton Brandão, foram realizadas entrevistas estruturadas com sujeitos que trabalharam na escola na época em que funcionava esta etapa da

educação básica: a diretora, uma professora e um funcionário, com base em um roteiro construído previamente. Miguel (2010, p. 2) argumenta que “a entrevista, nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação”.

Sendo assim, as entrevistas realizadas buscaram ouvir os entrevistados, criando relações entre os entrevistados e o entrevistador, numa relação dialógica e comunicativa, a fim de tentar compreender os fatos por meio das experiências dessas pessoas.

Dessa forma, além dos profissionais da escola, consideramos fundamental buscar, junto aos próprios estudantes do entorno da escola que frequentam o Ensino Médio, as principais dificuldades que enfrentam para deslocarem-se para a sede do município ou para outras cidades a fim de acessar esta etapa da educação escolar. Para tanto, elaboramos um questionário misto. Seguindo orientações de Marconi e Lakatos (1999), que reforçam a necessidade de se utilizar maneiras para garantir o interesse dos respondentes, criou-se uma nota na abertura do questionário, explicando do que se tratava a pesquisa e a importância da participação deles para a melhoria do processo educacional em escolas do campo. Os questionários foram entregues pela própria pesquisadora, na residência de 25 sujeitos, sendo que cinco deles não retornaram. Outros cinco foram respondidos por meio do aplicativo de conversa WhatsApp. Dessa forma, dos 30 estudantes do Ensino Médio para os quais os questionários foram endereçados, totalizou-se 25 respondentes.

Em seguida, visando identificar como os estudantes do 9º ano da Escola Municipal Caldeirão dos Brandão se comportam diante da iminência de deslocamento para continuação dos estudos no Ensino Médio, realizou-se um Círculo de Cultura (FREIRE, 1983). Selecionou-se essa técnica por acreditarmos na importância do protagonismo juvenil, na medida em que tem como objetivo ser um espaço de construção do conhecimento no qual todos os participantes são partes do processo: ensina-se e aprende-se numa relação de diálogo, o que implica mudanças na prática e na forma como cada sujeito presente é visto e tratado. Seguindo orientações de Freire (1983) a respeito dos Círculos de Cultura, promovemos um diálogo entre os presentes numa relação de horizontalidade. Dessa forma, reunimos os 26 estudantes da turma do 9º ano na Escola Municipal Caldeirão dos Brandão. O momento foi gravado em equipamento de áudio, sendo mediado pela pesquisadora, que se orientou por um roteiro construído antecipadamente. A turma foi mobilizada previamente, sendo realizado o convite em sala de aula, momento no qual explicamos o tema do trabalho e esclarecemos o que é um Círculo de Cultura.

Importante destacar que todos os sujeitos aderiram voluntariamente à pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de modo a conhecerem os objetivos e procedimentos da pesquisa, sendo assegurado, pelas pesquisadoras, seus anonimatos e a possibilidade de desistência em qualquer tempo, sem nenhum ônus.

A análise e interpretação dos dados coletados/produzidos na trajetória investigativa requer bastante cuidado e zelo por parte do pesquisador, tendo em vista a fidedignidade dos resultados obtidos. Gil (1999, p. 168) diferencia essas etapas, alertando que a análise objetiva “organizar e sumariar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. Em relação à interpretação, o autor destaca que essa é a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para a análise, transcrevemos as entrevistas que estavam em áudio para documentos no Word e, posteriormente, analisamos as respostas de cada sujeito, de modo a compreender os motivos apresentados para que o EM da escola pesquisada fosse remanejado para a sede do município. A partir dos questionários, tabulamos os dados, sintetizando as respostas que se diferenciavam e as que eram semelhantes, com o intuito de descrevermos as principais dificuldades dos estudantes no deslocamento para acessar o Ensino Médio.

Em relação ao Círculo de Cultura, produzimos um relatório dos momentos que foram realizados, das falas, comportamentos, com base na transcrição dos áudios e anotações da pesquisadora. Posterior a todo esse processo de organização, os dados colhidos foram analisados com auxílio de autores que discutem criticamente o objeto da pesquisa.

### **Acesso e permanência de jovens do campo no ensino médio: motivações, desafios e perspectivas**

Nesta seção, analisamos os dados produzidos na investigação, dividindo-a em três partes, relacionando-as aos objetivos específicos definidos. Na primeira parte, são apresentados os motivos tecidos pelos entrevistados para que o Ensino Médio da Escola Municipal Caldeirão dos Brandão fosse remanejado para a sede. Na segunda parte, descrevemos as principais dificuldades dos estudantes que precisam se deslocar para a sede do município ou para outras cidades para acessar o Ensino Médio; e, por último, analisamos as falas de estudantes do 9º ano da escola campo empírico da pesquisa, produzidas durante a realização do Círculo de Cultura, no qual se discutiu a iminência de deslocamento deles para a continuação dos estudos no Ensino Médio.

A análise das respostas dos entrevistados – diretora, uma professora e um funcionário – permite-nos afirmar que o Ensino Médio funcionou na Escola Caldeirão dos Brandão do ano de 2009 até 2012, no período noturno, atendendo a estudantes do 1º ao 3º ano. Além disso, atendia também, neste turno, a discentes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ex-diretora evidenciou, na entrevista, que a comunidade, de modo particular os pais, não gostaram desse remanejamento, pois era uma mudança brusca na rotina e dificultava a questão do trabalho, já que o Ensino Médio na comunidade Pauldarcá ocorria no turno da noite e na sede do município, no período diurno. Ao serem indagados sobre a infraestrutura da escola para atender a esses estudantes, os entrevistados argumentaram que o espaço físico para as aulas era suficiente, porém a escola era carente de laboratórios e sala de professores, já que ela passou a funcionar junto com a diretoria, como forma de liberar uma sala para acomodar os estudantes.

A respeito de quem mantinha o Ensino Médio na instituição, esclareceram que, nos dois primeiros anos, foi a Prefeitura de Milton Brandão, sendo ele um anexo da Unidade Escolar Diogo da Silva, localizada na sede do município. Posteriormente, passou a ser responsabilidade do Estado e se manteve anexo à outra escola, também situada na sede no município, a Unidade Escolar Estadual Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão. Ainda assim, o município colaborava com o Ensino Médio. Importante destacar que se trata de um município de pequeno porte, com população estimada para 2019 de 6.613 habitantes<sup>5</sup>; possui, assim, apenas uma escola de Ensino Médio, de competência estadual e localizada na zona urbana.

Ao serem indagados sobre as justificativas apresentadas para o remanejamento dos estudantes, e conseqüente extinção do EM na escola, obtivemos as seguintes respostas:

Na época, eles falavam muito na demanda de alunos, porque, lembro muito bem, que o 3º ano funcionava com 9 alunos. Acho que no primeiro ano de funcionamento eram 16 e, a cada ano, diminuía mais ainda, porque muita gente resolvia ir para Pedro II, para o colégio interno. Aí, ficava sem a demanda suficiente, porque, por lei, o MEC diz que é, no mínimo, 25 alunos por turma. Aí, imagina, o Estado pagar um anexo, professores, vai ter o gasto, o custo. O município tem que disponibilizar mais merenda escolar também, para poder suprir os alunos do Ensino Médio. Com essa quantidade de aluno, não paga nem o professor. (ENTREVISTADO 1).

---

<sup>5</sup> Informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/milton-brandao/panorama>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Alegaram a dificuldade de encontrar professores qualificados que quisessem ir para essa escola que fica no interior, e depois a diminuição de alunos que ingressavam no Ensino Médio, e, assim, diziam que não compensavam os gastos com professores para atender à pequena quantidade de alunos no Ensino Médio. (ENTREVISTADO 2).

O Ensino Médio passou a funcionar na sede própria porque ele é de incumbência do Estado e este optou por levar os alunos para a sede. (ENTREVISTADO 3).

Pelas respostas acima, verificamos que as justificativas para a realização do remanejamento foram várias, mas nada que levasse em consideração as condições de acesso dos estudantes ao Ensino Médio e as implicações para vida desses jovens, apesar de a educação ser um direito de todos, garantida pela Constituição de 1988, e reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Por esses ordenamentos legais, a educação é um dever do Estado e da família, porém essa garantia de direito é algo falho e não acontece na sua plenitude, de acordo com o que prescrevem os documentos oficiais e as leis. A Resolução CNE/CEB n.º 2, de 28 de Abril de 2008, em seu Art. 10, prevê que:

O planejamento da Educação do Campo, oferecida em escolas da comunidade, multisseriadas ou não, e quando a nucleação rural for considerada, para os anos finais do Ensino Fundamental ou para o Ensino Médio ou Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio, considerará sempre as distâncias de deslocamento, as condições de estradas e vias, o estado de conservação dos veículos utilizados e sua idade de uso, a melhor localização e as melhores possibilidades de trabalho pedagógico com padrão de qualidade. (BRASIL, 2012).

Ao analisarmos as condições de acesso dos jovens ao Ensino Médio, temos a convicção de que o texto da Lei em evidência não é levado em conta, pois, conforme os motivos apresentados, em momento algum, foram observadas as condições determinadas no referido artigo. O Estado não pode simplesmente optar por levar os estudantes para a sede, é preciso considerar critérios para tal remanejamento. Os motivos apresentados, portanto, confirmam a denúncia de Hentz (1998) de que, na lógica do capital, uma educação de qualidade é uma educação que custa pouco. Mas essa lógica só vale para as populações pobres, a exemplo dos povos do campo. Nesse sentido, solicitamos aos entrevistados sua opinião sobre o remanejamento, elencando se ele favoreceu ou não os estudantes, obtendo os seguintes posicionamentos:

Creio que sim, a escola da sede tem uma infraestrutura adequada para receber esses alunos em todos os aspectos. (ENTREVISTADO 1).



Não, de maneira nenhuma, porque pela questão da distância passou a ser muito mais cansativo. Para professores, já era muito cansativo, que a gente ia três vezes na semana, imagina eles que iam cinco dias na semana. Era muito cansativo, sem contar que quando chegava lá, o ônibus deixava no Pauldarcá, e ainda tinha muitos que iam para outros lugares, como Cacimba da Onça. Isso tornava a distância maior ainda, então por conta de professor, de ensino e tudo, não teve benefício nenhum e prejudicou muito esses jovens. (ENTREVISTADO 2).

Creio que, de certa forma, não. Tinha sido bom se eles tivessem estruturado a escola. Muita gente ficou sem estudar quando foi extinto o Ensino Médio, por falta de condições, oportunidades, por não ter transporte, e ter que ir para casa de familiares. Não favoreceu. (ENTREVISTADO 3).

Assim, a despeito do que a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 define, conforme citamos, há jovens percorrendo longas distâncias, em transportes precários e, muitas vezes, correndo risco de morte, enquanto diversas leis existem e não são cumpridas. Estados e municípios eximem-se de suas responsabilidades, investindo insuficientemente. Assim, prejudicam crianças, jovens e adultos que deveriam ter suas necessidades e direitos assegurados, mas que, na realidade, acessam uma educação desqualificada, caracterizada pela reprodução e fora do contexto em que vivem. Em uma das respostas acima, é dito que o remanejamento favoreceu aos estudantes porque a escola da cidade tem uma infraestrutura melhor, porém a mesma Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, no Art. 7º, determina:

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e área de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo. (BRASIL, 2012).

Está prescrito no texto o termo “deverá oferecer sempre”, mas é comum as escolas localizadas no meio rural, principalmente as de Ensino Médio, sofrerem com a precariedade e diversas dificuldades, como a deficiência no quadro profissional; infraestrutura física precária, com a ausência de laboratórios, biblioteca, áreas de lazer; falta de material didático-pedagógico e equipamentos. Problemas que podem ser atribuídos à escola pública, de forma geral. Além disso, há um fator que dificulta em grande medida – o deslocamento – já que, na maioria das vezes, essas escolas estão localizadas nas sedes dos municípios. Enfim, são fatores que dificultam permanentemente o processo de construção de uma educação de qualidade, além de dificultarem o acesso e, sobretudo, a permanência e o sucesso escolar dos jovens camponeses.

Questionamos ainda os entrevistados sobre os impactos na vida dos jovens da ausência de uma escola do Ensino Médio localizada no campo:

Evasão escolar. É a falta de oportunidade de continuar os estudos, porque muitos deles não têm condições de ir para outro lugar. Muitas famílias carentes e não têm como, por mais que sonhem e tenham vontade de que os filhos continuem a estudar, mas as dificuldades são muitas e isso fala muito alto. Então, há uma perda grande, tenho certeza que naquela época muitos alunos que estavam terminando o Ensino Fundamental pararam de estudar, principalmente os que eram mais velhos. Tinha muito a distorção idade-série e, aí, muitos acabaram desistindo e eu ouvia muito eles dizendo que iam para São Paulo trabalhar. Então, perde muito: formação, conhecimento, e até a possibilidade de melhores oportunidades de trabalho. (ENTREVISTADO 1).

O atraso, perda de ano, sair de casa para ir para outras cidades, desistência dos estudos e ir para grandes cidades para trabalhar. (ENTREVISTADO 2).

Acredito ser ruim devido à distância que os jovens devem percorrer para chegar à escola e, por consequência disso, muitos deles nem podem trabalhar direito. (ENTREVISTADO 3).

Os três entrevistados reconhecem que o remanejamento do Ensino Médio do campo para a cidade representa a negação do direito à educação aos jovens camponeses, pois, como todos pontuam, as condições de acesso são muito difíceis, o que leva, entre outros problemas, à evasão, ao êxodo rural, à precarização da formação profissional. Como afirma Lopes (2011), essa negação é histórica no meio rural, sendo uma face perversa da exclusão social. Em muitos casos, resulta da ausência de políticas públicas direcionadas à juventude (WEISHEMER, 2005).

Essas péssimas condições de acesso desestimulam muito os jovens e constituem uma preocupação, principalmente por muitos deles estarem numa fase configurada como adolescência, que Czekailo e Quadros (2013, p. 3) definem como “o momento que o adolescente procura a sua identidade, não mais se baseando somente nas orientações dos pais, mas também nas relações que constrói, principalmente, com o grupo de amigos”.

Assim, entendemos que a escola tem um importante papel dentro desse processo de construção identitária dos jovens, como forma de orientação, de socialização, de apoio emocional. Além disso, pode criar formas de fortalecer a identidade camponesa, inserindo-os como membros de sua cultura, reafirmando a visão de campo como espaço de vida. Para tanto, é fundamental que a escola esteja no campo e seja organizada pedagogicamente levando em conta as especificidades desse contexto de vida.

Perguntamos a opinião dos entrevistados sobre a política de transporte escolar,

indagando se a consideram como a melhor alternativa para o acesso e permanência dos jovens ao EM, e obtivemos as seguintes falas:

Se for de qualidade sim, mas, primeiramente, para ter um transporte de qualidade, o próprio gestor municipal tem que fazer a manutenção das estradas, porque sem uma estrada boa, estrada esburacada, e com os inúmeros defeitos, que quebra os carros. Com tudo isso aí, só desmotiva o aluno a continuar estudando. No caso do Pauldarcá, eu tenho certeza de que muitos alunos desistiram foi, principalmente, por conta disso, das más condições de estrada e a questão do transporte, porque hoje você subir em cima de uma D20, popularmente falando, um pau de arara, para estudar, chegar empoeirado, chegar cansado, toma sol, toma chuva, toma poeira, o rendimento do aluno já cai. É desmotivador. (ENTREVISTADO 1).

Não, porque isso poderia resolver em curto prazo, mas em longo prazo, seria estruturar a escola do Pauldarcá fisicamente e humanamente: professores qualificados, salas equipadas, porque tanto os professores iam se sentir estimulados para virem para a escola, como os alunos, criando um atrativo para que os jovens escolhessem essa para estudar. De momento, o transporte ajudaria, mas não é o ideal. A distância e as estradas são péssimas, isso é muito ruim. (ENTREVISTADO 2).

Ela é válida e obrigatória. O transporte escolar é uma obrigação das autoridades públicas municipal e estadual. Com transporte, o aluno só deixa de frequentar as aulas se encontrar outros motivos particulares. (ENTREVISTADO 3).

Como moradores do campo e profissionais que assistem estudantes camponeses, dois dos entrevistados (a diretora e a professora) reconhecem a política de transporte escolar como uma medida paliativa, desconectada das reais necessidades educacionais dos sujeitos do campo, que os atende de forma precária e excludente. Destacamos que os governantes que estão à frente da administração pública, como representantes do povo, não pensam a educação como uma forma de intervenção no mundo, como ressalta Freire (1992), e essa falta de olhar e preocupação intensifica muitos problemas. É preciso que os gestores públicos assumam novas perspectivas para o campo, a partir de uma nova concepção desse lugar, enxergando-o como “lugar de vida, onde as pessoas possam morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. [...] o campo é lugar de vida e sobretudo de educação” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2009, p. 137).

A partir da análise até aqui empreendida, podemos afirmar que o fechamento de escolas localizadas no meio rural, e a conseqüente adoção da política de transporte escolar, configura-se como um grande empecilho ao acesso de todos os jovens ao Ensino Médio, o que fere o direito constitucional à educação. Infelizmente, muitos jovens acabam saindo do campo para procurar espaços que possam oferecer-lhes melhores formas de ensino e, mesmo,

de sobrevivência. Portanto, sem considerar critérios humanos para decidir pelo fechamento de escolas, guiando-se apenas por questões econômicas, os gestores públicos afastam os jovens da educação escolar, gerando outros problemas, como veremos na subseção a seguir.

### *Dificuldades enfrentadas pelos jovens para o acesso e permanência no Ensino Médio*

Em relação ao perfil dos 25 jovens respondentes, a análise dos questionários mostrou que possuem faixa etária entre 16 e 20 anos de idade, sendo 72% do sexo feminino e 28% do sexo masculino. Sobre a raça, 76% considera-se parda, 20% branca e somente 4% preta. A maioria está no 1º ou no 2º ano do EM (36% em cada ano) e os outros 28% cursam o 3º ano.

Identificamos que 32% (8) desses jovens estão estudando na Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA), localizada em Pedro II/PI, utilizando para seu deslocamento transporte particular. Os outros 68% (17) estudam na Unidade Escolar Professor Francisco Luís de Oliveira, no município de Jatobá do Piauí, sendo deslocados em ônibus escolar oferecido pelo Estado e dirigem-se à escola no turno da manhã. Os jovens informaram que ambas as escolas estão localizadas em perímetro urbano.

A Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA), de caráter confessional e religioso, funciona em regime de alternância, oferecendo Cursos Técnicos de Nível Médio em Agropecuária, Agroindústria, Zootecnia e Hospedagem (ênfase em turismo ambiental rural). Apesar de estar situada na zona urbana, a escola trabalha na perspectiva de uma formação crítica, voltada para jovens e adultos que residem ou que têm ligação com o campo, valorizando as vivências e experiências vividas por eles. Exatamente por ser a criticidade um viés trabalhado intencionalmente pela referida escola, a maioria dos excertos analisados nesta seção é de jovens pesquisados que nela estudam.

Mesmo sendo uma escola estruturada em termos de educação específica para pessoas do campo, existem dois fatores preocupantes nos dados trazidos pelos questionários: os estudantes não estão sendo atendidos em termos de educação escolar pelo município onde residem e estão se dirigindo para acessarem o Ensino Médio em zonas urbanas. Será que a educação desses jovens está sendo tratada pelos gestores públicos municipais como responsabilidade exclusiva das famílias e dos próprios jovens?

Especificamente em relação à escola localizada em Jatobá do Piauí, reconhecemos que o processo de migração para uma escola localizada na zona urbana, que não atende às especificidades dos sujeitos camponeses, é sem dúvida uma preocupação em relação a como esses estudantes são recebidos, seja pelos gestores e professores, seja por seus pares, pelo

tratamento que se dá a eles por conta do modo como vivem e se comportam e, principalmente, como são trabalhados os conteúdos curriculares. Além de não oferecer as condições necessárias para que eles permaneçam nos seus lugares de origem, reforça-se, perante a juventude, a imagem do campo como o lugar do atraso, da precariedade, da falta de oportunidades, ao contrário da cidade, vista como espaço de melhores condições de vida.

Muitas vezes, há um confronto entre seu modo de vida e a dinâmica escolar. Mais uma vez, a legislação é renegada, pois, conforme determina o artigo 28 da LDB (BRASIL, 1996):

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Se as próprias escolas localizadas no campo não recebem dos gestores públicos de educação condições materiais, formação profissional e autonomia para uma organização escolar própria que possibilitem o provimento de tais adaptações, o que dizer de escolas que estão situadas na zona urbana atendendo à população rural? Arroyo, Caldart e Molina (2009) reforçam que é necessário compreender que o povo camponês tem seus costumes e tradições próprias, seu modo de se organizar, suas observações: seja da melhor época de plantio ou de como será o tempo chuvoso. Seu próprio jeito de se relacionar, tanto em comunidade como com os familiares. Dessa maneira, em suas relações, vivências e interações, vão se construindo e refazendo, a produzir seus conhecimentos, que precisam ser articulados aos escolares, num diálogo entre a teoria e a prática.

Ao serem indagados sobre a importância dos estudos em sua vida, todos disseram considerá-los necessários e como uma forma de: “ter melhores oportunidades de trabalho e retribuir os pais pelos que eles fazem”; “de melhorar futuramente a vida”; “de aprender mais, melhorar o conhecimento acerca do mundo”; “contribuir com a sociedade e ser um bom cidadão”; “realizar sonhos e objetivos”. Outros relatos também chamam a atenção:

A maneira mais eficiente para conseguir realizar meus sonhos. Sonhos que chegam a ser difíceis para uma menina do interior, de entrar numa universidade pública e fazer Medicina. Quero um dia salvar vidas e só vou

conseguir fazer isso, de verdade, estudando. (ESTUDANTE, 22).

É fundamental, visto que, onde moro, a maneira mais eficaz de alcançar dignidade e qualidade de vida, é por meio da educação. Além disso, o estudo contribui na tomada de consciência com relação aos problemas presentes em minha região e no país como um todo. Portanto, o ensino vem me tornar um profissional qualificado para o mercado de trabalho e um ser humano disposto a transformar o mundo em um lugar melhor. (ESTUDANTE 24).

Para realizar os meus objetivos, que um dos maiores é fazer faculdade e me formar em Medicina, também me tornar uma pessoa com educação, ou seja, melhor. (ESTUDANTE 20).

Visualizamos que os jovens questionados veem no estudo uma possibilidade de melhores oportunidades futuras, de realização de sonhos, que estão, fundamentalmente, relacionados à formação para uma profissão, embora a fala do primeiro excerto destaque que é difícil “para uma menina do interior” entrar para a faculdade de Medicina. É possível inferir, pelas respostas, que os quatro estudantes consideram precárias as suas condições de vida atuais e esperam que a escola possa lhes garantir certa mobilidade social ascendente. Vale ressaltar, ainda, a segunda fala, a partir da qual o estudante traz à tona não apenas a formação profissional, mas, igualmente, as contribuições que a escola pode lhe dar em relação à tomada de consciência sobre a realidade, visando transformá-la.

O pensamento desse jovem vai ao encontro da afirmação de Freire (1997, p. 46), de que uma das tarefas mais importantes da prática educativa crítica é fazer com que o educando assumisse “como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar”. É importante que o educador faça uma ponte entre o saber teórico com a vida cotidiana dos estudantes e, nesse processo de construção do conhecimento, possibilite aos educandos o engajamento político e social, para que possam realizar a transformação.

Ao serem questionados sobre as principais dificuldades que enfrentam atualmente para estudar, ficou explícito que a maioria considera as péssimas condições das estradas como a pior, ou seja, 35% dos estudantes; 31% apontou a longa distância; 26%, o horário das aulas; e, ainda, 8% reclamaram da falta de transporte. Nenhum estudante apontou a falta de incentivo familiar como dificuldade. Importante destacar que os respondentes podiam escolher mais de uma das alternativas constantes no questionário.

São, portanto, muitas as dificuldades enfrentadas por esses jovens diariamente, sendo grandes os desafios para a concretização de seus sonhos. Motta e Vasconcelos (2004, p. 75) afirmam que “as necessidades variam e se alteram de acordo com as experiências do

indivíduo e as mudanças que ele enfrenta em sua vida”. Por isso, muitos abandonam o sonho da faculdade, por exemplo, porque a necessidade primeira é a sobrevivência. Assim, o descaso para com esses sujeitos, por parte dos governantes, é o que, muitas vezes, condiciona esses jovens à perpetuação da pobreza.

Nesse sentido, quando indagados se, em algum momento pensaram em desistir dos estudos, dos 25 respondentes, 14 disseram nunca terem pensado nessa possibilidade, pois entendem que o estudo é uma forma de alcançar os objetivos, sonhos, obter melhores oportunidades e mais conhecimentos; 10 confessaram que sim, atribuindo esse pensamento a alguns motivos: cansaço; o fato de passar muito tempo fora de casa; ter que ir para outro município; horário das aulas; distância que percorrem; não conseguir adaptar-se ao 1º ano do EM; mudança brusca de rotina; questão de trabalho; e, até mesmo, largar o estudo para ir trabalhar em São Paulo. Ainda foi alegado o casamento e que o tempo não tem sido suficiente para conciliar as atividades domésticas e os estudos. Apenas um jovem respondeu “às vezes”, expondo como motivação o cansaço e o acúmulo de tarefas e trabalhos.

Perguntamos se alguma vez foi necessária mudança de escola por motivos de distância, gastos, falta de transporte ou por busca de melhores condições de estudo: 14 jovens responderam afirmativamente e 11 responderam que não. Solicitamos aos que responderam “sim” que contassem, brevemente, essa história. Fazendo um resumo geral das respostas, destacamos: gastos; distância; melhores condições de estudo, pois considera que a escola onde estuda é melhor que a educação oferecida no município onde reside; quando terminou o Ensino Fundamental na escola do Pauldarcá, teve que ir para outra cidade porque a sede do município é muito longe; por conta do horário (noite), os pais consideraram não ser o melhor devido a sua idade e também pela qualidade de ensino; por conta do transporte que não era o adequado. Cumpre-nos destacar alguns relatos:

Eu estudava numa escola que fica na minha região. Estudei lá até o ensino fundamental. Depois tive que vir para EFASA porque a escola do ensino médio fica na cidade, seria muito mais cansativo. Na escola que estou hoje, venho de 15 em 15 dias, e ela oferece mais condições de permanência, como, por exemplo, o alojamento para ficarmos. (ESTUDANTE 21).

Fiz o meu Ensino Fundamental menor em uma escola na própria comunidade onde moro atualmente. Logo depois que terminei o 5º ano, mudei de escola, já que na comunidade só havia aulas até o 5º ano. Do 6º ao 9º ano, estudei em outra escola, em uma comunidade próxima. Depois que terminei o Ensino Fundamental, fui estudar na Escola Família Agrícola Santa Ângela – EFASA, em Pedro II, onde estudo atualmente. Decidi estudar nessa instituição, não por falta de opção, pois em minha cidade há uma escola para o Ensino Médio, mas realmente não funciona como deveria,

pois segundo alguns alunos que estudavam lá, diziam haver falta de professores e greves de motoristas por falta de pagamento. Então, resolvi ir para a EFASA por incentivo de familiares e também porque essa escola realmente oferece um ensino de qualidade, principalmente para nós, jovens do campo. (ESTUDANTE 23).

Mais uma vez se comprova que a negação do direito à educação por parte dos gestores públicos torna esta bem social responsabilidade exclusiva das famílias, já que, sendo desconsideradas as condições de acesso e permanência, são elas que precisam encontrar alternativas para a inoperância do Estado. No entanto, parece que as famílias não compreendem que a elas e a seus filhos está sendo negado um direito assegurado pela Constituição Federal. Dessa forma, não se mobilizam para o enfrentamento da situação.

Ao serem perguntados sobre o grau de satisfação em relação à educação que têm acessado, 56% disseram estar satisfeitos, 24% muito satisfeitos, 16% parcialmente satisfeitos e 4% insatisfeitos. Destacaram, ainda, pontos positivos da escola que atualmente estão frequentando, como apontam os excertos a seguir:

É uma ótima instituição de ensino, com professores qualificados e também com uma ótima infraestrutura. Essa escola oferece cursos técnicos para que seus alunos possam terminar o Ensino Médio com uma formação técnica profissional para que os mesmos tenham uma melhor oportunidade de emprego no setor em que está estudando. Além disso, a escola, como todas as EFAs, propõe que seus alunos no 3º ano realizem um projeto, o PPJ (Projeto Profissional do Jovem), em que os estudantes colocam em prática todas as habilidades adquiridas ao longo do curso técnico. (ESTUDANTE 23).

Minha atual escola é ótima, pois ela prioriza a educação do campo, ofertando um ensino contextualizado por meio de cursos técnicos que visam aos alunos uma possível fonte de renda pós Ensino Médio e contribuem diretamente com a diminuição do êxodo rural. Ademais, disponibiliza alojamento e alimentação para alunos como eu, que são de outras cidades. (ESTUDANTE 24).

A escola que atualmente frequento me deu uma nova visão do mundo. Ela me proporciona coisas que nenhuma outra oferece, como: educação de qualidade, senso crítico, a perda da vergonha de falar em público, coisas que nenhuma outra escola que frequentei no passado me deu. (ESTUDANTE 25).

As três respostas referem-se à EFASA, que tem se colocado como uma alternativa viável à ausência do Estado no oferecimento de um Ensino Médio de qualidade no próprio lugar de vida dos sujeitos. Nesse sentido, questionamos os jovens sobre o que o poder público poderia fazer para facilitar/ajudá-los nos estudos. Em síntese, obtivemos as seguintes



respostas: transporte escolar de qualidade; investimento e valorização em/dos professores e suporte necessário para que eles não faltem; não bloqueio de recursos e mais condições para os que desejam ingressar numa Universidade, como residência; estradas, cursos gratuitos e alimentação escolar de qualidade; melhorar a infraestrutura das escolas e destinação de recursos para aulas práticas; bolsas de estudo, um projeto social para quem não estuda no município, como ajuda de custo; oferecer ensino médio numa comunidade rural para que não seja necessário a nossa saída para outras cidades. Damos destaque aos dois posicionamentos a seguir:

Poderia oferecer escolas com ótima infraestrutura, professores qualificados e também desenvolver programas de incentivo aos jovens para estudarem. E também a ampliação de escolas para que ensinem não apenas o conteúdo exigido por todas as escolas, mas também conteúdos que desenvolvam o senso crítico do aluno. (ESTUDANTE 23).

Uma das principais medidas seria a melhoria da infraestrutura das escolas e das estradas, acompanhadas de meios de transportes adequados e seguros, tornando, assim, a educação mais acessível e menos desgastante. Outro ponto importante é o descaso do Ensino Médio e superior nos municípios, por parte dos governantes, pois se estes tornassem esse direito básico mais acessível, muitos jovens não desistiriam de estudar, ou se deslocariam para outras cidades e até mesmo outros estados, em busca de educação de qualidade. (ESTUDANTE 24).

As falas dos estudantes revelam reivindicações básicas para a melhoria do acesso e da sua permanência na escola. Afirmamos que os jovens do campo querem estudar e compreendem o importante papel que a escola pode desempenhar na melhoria das suas condições de vida e de aprendizagem, caso suas reivindicações sejam atendidas. Muito se fala a respeito do sucesso e fracasso escolar, e isso se evidencia, principalmente, por meio do acesso e permanência na escola. Santos (2009, p. 68) relata que a permanência “deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação”. Ou seja, além da presença contínua do indivíduo, é necessário transformação nesse processo.

Permanência no sentido de que sejam oferecidas condições materiais e de inclusão. Por mais que esses jovens digam estar satisfeitos com a educação que acessam, enumerando pontos positivos das escolas que frequentam, reconhecem as dificuldades e a necessidade de que o poder público assuma sua responsabilidade no provimento de uma educação de qualidade que lhes seja acessível. Portanto, é crucial visualizar essa situação de deslocamento com criticidade, tentar compreender por que não há esse acesso próximo a suas residências, no próprio município.

Nesta subseção, analisamos as expectativas que os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da escola pesquisada produziram a partir das interações estabelecidas no Círculo de Cultura. Para tanto, preparamos o espaço da sala de aula de modo que se criasse um ambiente favorável à conversa com o grupo: cadeiras em círculo e, ao centro dele, um globo terrestre, desenhos de materiais utilizados em aulas de química, livro do Ensino Médio, lâmpada para representar corrente elétrica. Esses materiais estavam sobre a bandeira do Brasil, que continha também um significado.

Solicitamos que entrassem em silêncio e, ao chegarem aos seus respectivos lugares, fechassem os olhos e pensassem sobre o percurso do seu Ensino Fundamental, como se fosse uma retrospectiva da trajetória. Após alguns minutos, pedimos que abrissem os olhos e visualizassem os itens que estavam no centro do círculo. Em seguida, distribuímos balões coloridos e pretos, além de pedaços de papel. Os que receberam os balões coloridos deveriam escrever coisas positivas vividas no Ensino Fundamental; os que receberam os balões pretos, escreveriam coisas negativas.

Posteriormente, questionamentos sobre os objetos que havia no círculo e o que eles representavam. Além dos objetos, a fim de facilitar o diálogo, colocamos palavras como: desafios; dificuldades futuras; próxima escola; sonhos. Foi um dos momentos mais difíceis, porque demorou muito para que eles se dispusessem a falar o que pensam. Iniciamos pelos desafios a serem enfrentados para o acesso ao Ensino Médio, os quais eles enumeram: novas disciplinas; não conhecer muitas pessoas na próxima escola e que será novo e desconhecido; ficar longe da família; distância. Na ocasião, cinco sujeitos disseram que não pretendem continuar estudando, pois viajarão em busca de emprego e uma estudante justificou que tem família constituída e, por isso, não vai dá para continuar. Outro interlocutor se pronunciou falando que não vai passar de ano e que pensa até em parar de estudar.

Analisando esses posicionamentos dos jovens em relação à escolarização futura, além da insegurança que acomete qualquer estudante que ingressará na etapa posterior da educação escolar, os jovens do campo enfrentam dificuldades maiores, relacionadas, principalmente, à distância da família, de seu lugar de vida, o que inviabiliza, por exemplo, a jovem casada de continuar os estudos, já que não pode ir para o internato nem disponibilizar um tempo muito longo fora de casa para frequentar o Ensino Médio na zona urbana. Apesar das relações desiguais de gênero, há questões que poderiam ser transpostas caso tivesse uma escola mais próxima de sua residência. Mas, infelizmente, como os próprios jovens disseram, se quiserem

prosseguir na escolarização, terão que se deslocar para as cidades de Milton Brandão ou Pedro II.

Falar sobre os sonhos foi mais uma dificuldade. Muitos disseram não ter sonhos e outros disseram não saber se os têm. Três revelaram o seguinte: só terminar os estudos; trabalhar na Polícia Rodoviária Federal; constituir família. Esse é um dado importante no sentido de se pensar detidamente sobre o que estamos fazendo com a nossa juventude camponesa. Essa deve ser uma preocupação constante da escola e do poder público. Qual a finalidade da educação que estamos oferecendo aos jovens? Que perspectivas estamos criando junto com eles que os projetem para o futuro? Que políticas públicas podem ser pensadas e implementadas visando apoiá-los socialmente? Por isso, corroboramos o pensamento de Weishemer (2005, p. 9), quando denuncia que, em termos de políticas públicas, esse grupo não é visto como prioritário, o que os impede de se tornarem sujeitos de direitos sociais.

Ao conversarmos sobre as dificuldades que acreditam que enfrentarão para o acesso ao Ensino Médio no ano seguinte, as condições de estrada e de transporte foram as mais citadas; porém, acreditam que as escolas onde estudarão possuem melhor estrutura física que a atual. A respeito da educação que temos acessado, os jovens argumentaram que faltam investimentos nas escolas, que há cortes nos recursos da educação, que as condições físicas das escolas e das estradas são péssimas. Alguns, inclusive, falaram da sala de aula em que estudam: não tem ventilador, por isso suportam muito calor, e a água que bebem é quente. Portanto, sem querer vitimizar os sujeitos do campo, está comprovado que eles precisam de um investimento pessoal e familiar muito maior se quiserem acessar e permanecer, com sucesso, na escola.

Para finalizarmos o Círculo de Cultura, colocamos a música “O trono do estudar”, de Dani Black, e pedimos que enchessem os balões e brincassem com eles, jogando para cima e fazendo trocas. Após a brincadeira, cada um deveria explodir o balão com o qual havia ficado e lesse o que estava escrito no papel. Sintetizando as coisas positivas no Ensino Fundamental, destacamos: as novas amizades, alguns professores, os campeonatos de futebol, quadrilhas juninas e a união da turma. Sobre aspectos negativos vivenciados, relataram dificuldade de relacionamento com algumas pessoas; disciplinas de cálculo e língua inglesa; insuficiência de materiais escolares e de alimentos, o que atrapalha o andamento dos estudos e a qualidade do ensino.

Observamos, por meio da realização do Círculo, que o diálogo é uma ferramenta fundamental no processo de educação dos jovens. No entanto, é preocupante que as escolas não os tenham incentivado a conversar sobre questões que permeiam o seu dia a dia, para que

possam falar sobre o que pensam, ouvir-se mutuamente, trocar ideias, produzir conhecimentos na coletividade. Isso é crucial para a formação política da juventude. São questões inquietantes e que nos levam a refletir sobre o papel da juventude no contexto atual, levando-os a assumirem-se como protagonistas na sua realidade. Costa (2000, p. 23) ressalta que o protagonismo juvenil é uma forma de ação com os jovens e não para os jovens, muito menos de atuação sobre os jovens. Deve-se partir do que eles sentem e percebem de sua realidade. “Portanto, trata-se de uma postura pedagógica visceralmente contrária a qualquer tipo de paternalismo, assistencialismo ou manipulação”. Inferimos que os jovens com os quais realizamos o Círculo de Cultura não têm sido motivados e mobilizados para exercerem esse protagonismo juvenil.

A falta de formação crítica da juventude, acrescida de todas as dificuldades que permeiam a sua vida cotidiana, com destaque para o deslocamento diário para a cidade em busca de acesso ao ensino escolar, pode acabar por influenciá-los a adotarem uma visão equivocada de campo e de cidade, como se ela fosse o local ideal para se viver. Nesse sentido, Castro (2012) adverte sobre a importância do diálogo entre o jovem camponês e o seu meio de origem, visando a sua permanência no campo e a sucessão das atividades rurais. A autora destaca a complexidade da discussão sobre “ficar ou sair” do campo, que está para além da “leitura da atração pela cidade e nos remete à análise de juventude como uma categoria social-chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo, e para a qual a educação do campo tornou-se uma questão estratégica” (CASTRO, 2012, p. 443).

Incentivar a permanência dos jovens no campo é fundamental, tanto do ponto de vista cultural, como também econômico, mas, para isso, é necessário que sejam criadas políticas públicas específicas para a juventude rural, que contemplem suas necessidades, expectativas e sonhos. Destacamos, nesse sentido, que ter a escola inserida no campo é condição para a dinamização desse lugar como espaço de vida humana.

### **Considerações finais**

Essa pesquisa buscou analisar as dificuldades de acesso e permanência de jovens do campo no Ensino Médio no município de Milton Brandão, Piauí, a partir da perspectiva dos estudantes.

Por meio das técnicas utilizadas, produzimos os dados necessários à elucidação do objeto investigado, tendo como sujeitos um professor, um auxiliar de serviços gerais e a ex-diretora da Escola Municipal Caldeirão dos Brandão, contexto empírico da pesquisa, além de

26 jovens do 9º ano da referida escola, e mais 25 jovens que se dirigem, diariamente, às cidades de Jatobá do Piauí e Pedro II para acessarem o Ensino Médio. As principais dificuldades apontadas foram as péssimas condições de estrada, longas distâncias, horário de funcionamento da escola e falta de transporte.

Infelizmente, apesar das disposições legais vigentes, as escolas do campo vivem um grave processo de precariedade, o que tem justificado o fechamento de muitas delas. A questão é que a pouca manutenção dos prédios e a insuficiência de recursos materiais e humanos são problemas gerados pela própria administração pública, que não prioriza o campo como espaço de vida de pessoas; por isso, opta por levar os discentes para estudarem nas cidades, desconsiderando todas as dificuldades que terão de enfrentar caso queiram continuar seu processo de escolarização.

Isso é preocupante, insatisfatório e não vai ao encontro das necessidades e interesses da permanência dos jovens no Ensino Médio. Além de todo esse contexto, existe, ainda, a falta da formação política e crítica da juventude, que, a partir de uma tomada de consciência dos direitos que lhes são assegurados por Lei, poderiam mobilizar-se em torno da garantia destes.

Portanto, é urgente repensar o modelo de educação do nosso país. Ressaltamos a importância da política de Educação do Campo para contrapor o modelo de educação vigente. Utilizamos da organização do trabalho pedagógico na Escola Família Agrícola citada no decorrer do texto para ilustrar um tipo de educação que dialoga com as especificidades e necessidades dos camponeses, pois além da formação integral, preza pelo desenvolvimento do meio onde vivem os estudantes.

É indispensável a permanência dos jovens camponeses nos seus lugares de origem, com investimentos em políticas públicas que lhes garantam condições de estudo, de formação crítica e de sobrevivência. Políticas de reforma agrária e disponibilidade de crédito específico, para que a juventude tenha acesso à terra e às condições necessárias para produzi-la e dela sobreviver com dignidade; processos de formação técnica para capacitação em vista de cooperação e gestão das unidades de produção, com viés sustentável, por meio da adoção de práticas agroecológicas para o fortalecimento da agricultura familiar; formação política para que possa perceber as contradições da realidade e lutar coletivamente para a consecução de direitos sociais como, por exemplo, o direito à educação escolar de qualidade, com condições dignas de acesso e permanência.

## Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. 4. ed. RJ, Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Educação do campo**: marcos normativos. Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CASTRO, E. G. Juventude do campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão popular, 2012.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil**: adolescência, educação e participação. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

CZEKAILO, C. M. P.; QUADROS, E. A. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná: SEE, 2013.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENTZ, P. O currículo no Brasil. **Ensino em Re-vista**, Uberlândia, v. 7, p. 47-56, 1998.

LOPES, M. D. **O trabalho docente em escolas do campo**: condições estruturais e pedagógicas de uma escola de acampamento no município de Açailândia-MA. Monografia (Especialização em Educação do Campo) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2011. [1 CD-ROM].

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MIGUEL, F. V. C. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Revista Odisseia**, Natal, n. 5, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/2029>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MOTA, F. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**: teorias sobre motivação e liderança: da administração de recursos humanos à gestão de pessoas. São Paulo: Pioneira, 2004.

SANTOS, D. R. B. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino

superior como política de ação afirmativa. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes: Brasília, MDA/NEAD, 2005.

Submetido em 9 de março de 2020.

Aprovado em 14 de maio de 2020.